

CONV 641/03

CERCLE I 14

NOTA

de: Secretariado

para: Convenção

Assunto: Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça

1. Em 17 de Março, o Círculo de Discussão, presidido por António Vitorino, deu por concluídos os seus trabalhos e chegou a acordo quanto aos termos do respectivo relatório final (CONV 636/03) sobre as questões definidas no mandato que lhe foi atribuído (CONV 636/03, Anexo).
2. No entanto, os membros do Círculos de Discussão pretendiam debater também algumas questões relacionadas com a eventual competência do Tribunal de Justiça em matéria de PESC. Para o efeito, terá uma reunião suplementar na sexta-feira, 4 de Abril de 2003 (14h30-16h30), nas instalações do Parlamento Europeu. O Presidente António Vitorino convida todos os membros da Convenção interessados nestas questões a estarem presentes nesta reunião do Círculo. Os debates centrar-se-ão em particular nas opções apresentadas no documento de trabalho 10, anexo à presente nota.

CONVENÇÃO EUROPEIA
SECRETARIADO

Bruxelas, 12 de Março de 2003
(OR. en)

CERCLE I

Documento de Trabalho 10

NOTA

de:	Secretariado
para:	Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça
Assunto:	Fiscalização jurisdicional em matéria de Política Externa e de Segurança Comum

I. Situação actual

Nos termos do artigo 46.º do Tratado da União Europeia, o Tribunal de Justiça não tem competência para conhecer dos recursos interpostos contra actos do domínio da PESC, incluindo os relativos à celebração de acordos internacionais nesse mesmo domínio. Por esse motivo, tais actos não podem ser anulados pelo Tribunal ao abrigo do artigo 230.º do Tratado CE.

O artigo 47.º do TUE determina, contudo, que nenhuma disposição desse mesmo Tratado afecta o Tratado CE. Nos termos do artigo 46.º do TUE, as disposições do Tratado CE relativas à competência do Tribunal e ao exercício dessa competência são aplicáveis ao artigo 47.º do Tratado da União Europeia. Assim, o Tribunal é competente para se certificar de que os actos relativos à celebração de acordos do domínio da PESC não invadem a esfera de competências que as disposições do Tratado CE atribuem à Comunidade. ¹

¹ Acórdão do Tribunal de 12 de Maio de 1998 (trânsito aeroportuário), Comissão contra Conselho, Processo C-170/96, Colect., p. I-2763.

Nos casos em que determinada acção no domínio da PESC prevê sanções económicas contra um país terceiro, são necessárias medidas de execução a nível comunitário, as quais são tomadas com base nos artigos 60.º e 301.º do TCE. No caso de sanções económicas contra indivíduos, recorre-se ao artigo 308.º do TCE. Todavia, o Conselho tem interpretado de uma forma lata os artigos 60.º e 301.º, utilizando-os como base jurídica para a aprovação de sanções contra pessoas ou associações que exercem um controlo *de facto* sobre determinado país ou parte dele. O Tribunal exerce a sua fiscalização jurisdicional relativamente a todos esses actos de execução nos termos do TCE.

II. Abordagens possíveis

1. No que diz respeito à fiscalização jurisdicional exercida pelo Tribunal de Justiça relativamente a questões do domínio da PESC em geral e a acordos internacionais em particular, a primeira opção possível é a de se manter o *status quo*, tal como ficou descrito na Parte I. De acordo com esta opção, poderia considerar-se uma alteração à redacção dos artigos 60.º e 301.º do TCE, por forma a prever explicitamente a possibilidade de aprovar sanções económicas contra indivíduos com base nesses dois preceitos.
2. A primeira opção, no sentido de alargar a competência do Tribunal, implicaria conferir aos tribunais nacionais a possibilidade de recorrer ao processo da decisão interpretativa a título prejudicial perante o Tribunal de Justiça, sempre que sejam levados a decidir sobre questões relativas à implementação de decisões PESC às quais os Estados-Membros são chamados a dar execução.
3. Explica-se na Parte I que as sanções económicas contra indivíduos estão já sujeitas à fiscalização jurisdicional do Tribunal. Se se pretender que esta possibilidade de recurso seja alargada às decisões PESC susceptíveis de afectar determinadas pessoas sem ser do ponto de vista económico, dever-se-ia ponderar a possibilidade de conferir aos indivíduos o direito de interpor perante o Tribunal de Justiça recursos:
 - quer de anulação de decisões PESC que os afectem directa e individualmente (por exemplo, proibição de concessão de vistos)

- que apenas de indemnização por danos, com base na ilegalidade do acto, sem que o Tribunal tenha porém o direito de declarar o acto nulo ou sem efeito.
4. Podem ser consideradas outras opções no sentido de alargar substancialmente as competências do Tribunal, correndo-se porém o risco de alterar o equilíbrio institucional no domínio da PESC. Seriam as seguintes as principais opções possíveis:
- conferir às Instituições e aos Estados-Membros o direito de solicitar ao Tribunal a anulação de decisões PESC com fundamento no facto de terem sido tomadas em violação da Constituição ou de uma regra de direito internacional à qual a União ou todos os Estados-Membros se tenham voluntariamente vinculado;
 - alargar a competência do Tribunal a questões do domínio da PESC nas condições aplicáveis aos domínios presentemente abrangidos pelo Tratado CE.
5. Todas as opções que implicam o alargamento da competência do Tribunal referidas nos pontos 2 a 4 poderão ter consequências sobre a própria natureza da PESC; terão por isso de ser inevitavelmente discutidas pela Convenção durante o debate sobre a PESC.
6. Quanto ao parecer prévio previsto no n.º 6 do artigo 300.º do TCE, poder-se-ia considerar a hipótese de introduzir no Tratado a possibilidade de qualquer Instituição ou Estado-Membro o solicitar, para que o Tribunal de Justiça verifique se determinado acordo internacional previsto no domínio da PESC seria compatível com as disposições da Constituição.
-